




OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS DOS DECASSÉGUIIS NO JAPÃO

The education challenges of the decasségui's children in Japan

Mary Yoko **OKAMOTO**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Assis, Brasil

mary.okamoto@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8844-7138> 

Cizina Célia Fernandes Pereira **RESSEL**

Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho
Assis, Brasil


ciressfer@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-0526-4964> 

Juliana Fernanda de **BARROS**

Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho
Assis, Brasil

jubarrospsi@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5318-872X> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Com a migração dos nipo-brasileiros para o Japão, movimento denominado decasségui, iniciado em meados de 1980, os seus filhos, nascidos naquele país ou no Brasil e que migraram em idade precoce, vivem os desafios da escolarização, a qual pode ocorrer nas escolas públicas japonesas ou em escolas privadas brasileiras no Japão. De acordo com a experiência da escolarização, a aquisição do idioma, os planos de futuro, a constituição identitária e do pertencimento apresentam questões específicas. Este artigo focaliza os dados obtidos de 2012 a 2015, através do desenvolvimento de um projeto em escolas no Japão. Constata-se que o tipo de escola influencia a aquisição do idioma, alterando as possibilidades de acesso ao ensino superior e, em ambos os casos, os jovens se identificam com o Japão. Utilizando a teoria psicanalítica e estudos migratórios, podemos notar que o processo educativo resultará em implicações subjetivas, sociais e identitárias desses jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Decasségui. Escolarização. Migração. Pertencimento.

ABSTRACT

Adjacent to the migration of Japanese-Brazilians, movement called decasségui, started in the mid 1980s, their children, born in that country or in Brazil and who migrated at an early age, live the challenges of schooling, which can occur in Japanese public schools or in Brazilian private schools in Japan. According to the experience of schooling, language acquisition, plans for the future, constitution of identity and belonging present specific issues in these cases. This article presents data obtained from 2012 to 2015 through the development of a Project in schools in Japan. It appears that the type of school influences language acquisition, changing the possibilities of access to higher education, and, in both cases, young people identify with Japan. Using psychoanalytic theory and migratory studies, we can see that the process will result in the subjective, social and identity implications of these young people.

KEYWORDS: Decasségui. Schooling. Migration. Belonging.

INTRODUÇÃO – O MOVIMENTO DEKASSEGUI

Em meados da década de 1980, teve início o movimento migratório, envolvendo a população nipo-brasileira, denominado decasségui, no qual os *nikkeis*¹ passaram a realizar o caminho inverso feito pelos imigrantes japoneses, ou seja, a migração ao Japão.

Esse movimento migratório é denominado *dekassegui*, pois *deru* significa sair e *kasegu* trabalhar, caracterizando, em um vocábulo japonês, aquele que vai trabalhar fora. Esse termo foi utilizado originariamente no Japão, para designar o agricultor do país que, habitando as ilhas do norte do arquipélago japonês, migrava para as cidades grandes, durante o inverno rigoroso, em busca de trabalho temporário nas indústrias. Ao término da estação, ele retornava para o campo. Dessa forma, o termo passou a designar qualquer trabalhador migrante temporário que deseja voltar à sua terra natal.

No início da migração, a expressão começou a ser usada de forma pejorativa, referindo-se aos trabalhadores estrangeiros, descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, que exerciam o trabalho dos 3 K: *kiken* (perigoso), *kitsui* (pesado) e *kitanai* (sujo), o qual os japoneses não queriam desempenhar, devido ao alto grau de escolaridade alcançado pela população do país, e que normalmente é destinado aos imigrantes que vivem à margem da sociedade, ocupando os cargos menos especializados². Posteriormente, foram acrescentados mais 2 K ao termo: *kibishi* (exigente) e *kirai* (detestável) (MORIYA, 2000; NAKAGAWA, 2000).

É importante ressaltar a dupla face desse movimento migratório; de um lado, nesse período, o Japão experimentava uma grande aceleração na produção industrial, principalmente nos setores automobilístico e eletroeletrônico, acarretando um problema de falta de mão de obra para os setores mais baixos dessa produção, em função do alto nível de escolaridade atingido pela sua população. Por outro lado, nesse momento, o Brasil vivia uma grande crise econômica que resultou em altas taxas de inflação, no rebaixamento do poder aquisitivo e do padrão de vida da população.

Esse quadro constituiu o cenário para que o Japão buscasse a mão de obra estrangeira, a fim de abastecer a sua produção industrial, enquanto, para muitos

¹ Esse termo denomina os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão.

² São cargos de pouca qualificação, próprios para contratação da mão de obra imigrante. Os dekassegui foram para o Japão trabalhar como operários nas fábricas e indústrias japonesas, e uma minoria tem alcançado outros postos de trabalho, como um negócio próprio (mercados brasileiros, restaurantes, oficinas mecânicas), professores em escolas brasileiras, tradutores em fábricas, hospitais e nas escolas japonesas, atendentes em lojas de conveniências etc., de modo que a maioria dos imigrantes nipo-brasileiros ainda se encontra trabalhando no chão da fábrica.

nikkeis, migrar passou a ser a grande saída para enfrentar a crise econômica instalada em sua pátria.

Porém, devido ao número de imigrantes ilegais que entravam naquele país, aliado à necessidade de trabalhadores, em 1990, houve a reforma da Lei de Controle da Imigração e Reconhecimento de Refugiados do Japão (MIZUKAMI, 1998; SASAKI, 1998). Tal reforma ocorreu principalmente para o controle da entrada de imigrantes ilegais e para a reformulação do *status* de permanência para os filhos e netos de descendentes de japoneses.

Dentre as medidas estabelecidas por essa reforma, encontramos severas penalidades, como multas elevadas e penas criminais, tanto para os empregadores como para os intermediários que contratassem imigrantes ilegais destinados às firmas japonesas. Ao mesmo tempo, os trabalhadores *nikkeis* passaram a contar com algumas vantagens: “têm um acesso facilitado no Japão, dada a sua consangüinidade, a possibilidade de exercer atividades no Japão sem restrições, renovar o visto quantas vezes quiser e de vir a ser um residente permanente.” (SASAKI, 1998 p. 252).

Assim, Ishii (2010) aponta que o período da década de 90 marcou um aumento extraordinário no número de *nikkeis* no Japão, contabilizado em 250 mil brasileiros registrados no Ministério da Justiça, ao final dessa década.

Tendo em vista tal facilidade, a partir dessa década, o fluxo migratório dos trabalhadores nipo-brasileiros intensificou-se de forma clara, sendo que os *isseis*³ foram os primeiros a serem contratados pelas empresas japonesas, atraídos pelos altos salários⁴ (se comparados aos padrões brasileiros) oferecidos pelos japoneses.

O autor classifica a primeira metade da década de 90 como uma

[...] época dourada, com altos ganhos e muita hora-extra; para outros, foi um pesadelo de problemas trabalhistas dos mais variados. Surgiram os primeiros restaurantes, as primeiras lojas de produtos brasileiros, os primeiros jornais em português. Houve um florescimento no comércio e nos serviços verde-amarelos no Japão, que costumo definir como a “Indústria da saudade”. (...). Mais tarde, especialmente na segunda metade da década, expandiu-se a “indústria da auto-estima”, com palestras motivacionais, concursos de beleza, seções de fotografias e colunas sociais na imprensa (ISHII, 2010, p. 14).

Houve, ainda, a “desestigmatização” (ISHII, 2010, p. 15) do significado pejorativo atribuído ao termo *dekassegui*, que, no início do movimento, foi direcionado àquela que era compreendida pela própria colônia japonesa do Brasil como uma minoria

³ O termo corresponde aos imigrantes japoneses radicados em outro país, ou seja, integrantes da 1ª geração.

⁴ Segundo Oliveira (2008), os salários dos trabalhadores giram em torno de 3 mil dólares com as horas extras, enquanto das mulheres, em torno de 2.500 dólares, pois o salário das mulheres é relativamente mais baixo, no país.

fracassada economicamente e covarde, por abandonar seu país. Com a massificação do fluxo migratório, a palavra *dekassegui* deixou de ser compreendida preconceituosamente e os brasileiros passaram a ser reconhecidos como residentes no Japão e não apenas como uma “força de trabalho”.

Além disso, foi nesse período que o termo foi incluído no *Dicionário Houaiss*, em língua portuguesa, com a grafia “decasségui”⁵. Apesar da controvérsia em torno dessa grafia, discutível devido à sua origem nipônica, isso pode ser considerado o reconhecimento dos linguistas num momento em que os próprios decasséguis e a própria comunidade mudavam a percepção acerca do significado do vocábulo para essa população.

Na década de 2000, os decasséguis vieram a ser vistos como residentes e não como trabalhadores temporários e, nesse sentido, começaram a ser considerados imigrantes, ou seja, “brasileiros no Japão” (ISHII, 2010, p. 16).

As principais características desse momento foram a desilusão da temporariedade de permanência no Japão, admitindo uma condição de permanência no país, embora muitos dos imigrantes declarem que desejam viver a velhice no Brasil e não no Japão. Desse modo, uma das tendências dessa época foi uma mudança na busca do tipo de trabalho, fora das fábricas, mesmo que acarretasse uma diminuição no ganho, mas representasse a busca por melhora na qualidade de vida.

Além disso, outra importante característica desse momento diz respeito à presença dos filhos em solo japonês, porque muitas famílias migraram, levando os filhos pequenos, enquanto outros nasceram naquele país. Portanto, essa foi a década na qual a

questão da educação das crianças brasileiras no Japão se projetou como um dos temas centrais na pauta de qualquer discussão sobre os brasileiros no Japão. Isso é reflexo direto do aumento na população jovem, e do crescimento da segunda geração nascida e/ou criada aqui (no Japão) (ISHII, 2010, p. 17).

Apesar de avanços que ocorreram nessa comunidade, no Japão, ao longo desse movimento, tais como o surgimento de redes sociais, de supermercados, restaurantes, *shoppings* e clubes noturnos voltados para a comunidade brasileira, ainda existem vários problemas que cercam a vida desses trabalhadores, tais como a discriminação da sociedade japonesa com o nipo-brasileiro, o idioma japonês e a questão com a educação dos filhos desses decasséguis (COSTA, 2007).

⁵ Em vista da inclusão dessa grafia nos dicionários, nós a utilizaremos neste trabalho.

Um dos agravantes diz respeito ao aprendizado do idioma japonês. Ao contrário do início do movimento decasségui, as gerações que migraram após os *isseis* e *nisseis*⁶ têm pouco ou nenhum conhecimento da língua japonesa. Segundo Sasaki (2006, p.108), tal fato ocorre, “dada a grande presença de brasileiros no Japão, a qual diminui a necessidade de novos migrantes saberem falar a língua japonesa”.

Essa despreocupação em tentar aprender o idioma japonês se deve à nova configuração da família brasileira no Japão. Oliveira (2008) afirma que, com a imigração de toda a família, incluindo os filhos, estão surgindo novos problemas com novas demandas:

De início quando boa parte das grandes preocupações com relação à família girava em torno da volta do membro ausente, a redefinição de projetos de temporalidade e permanência em solo de destino, a inclusão da presença feminina cada vez mais impactante nessa relação, o processo imigratório sendo entendido agora muitas vezes como definitivo e de transferência da família como um todo, a consolidação de toda uma nova geração de brasileiros vivendo em território japonês, filhos levados pequenos do Brasil, filhos nascidos lá mesmo no Japão, são fatores que implicam uma série nova de problemas e na consequência da resolução dos mesmos, na intenção de manter e garantir os direitos que todos temos de pertencer e continuar sendo família, mesmo quando um processo migratório nos envolve (OLIVEIRA, 2008, p. 225).

Atualmente, o grande desafio dessa comunidade concerne aos filhos nascidos naquele país ou que migraram do Brasil em idade precoce. De acordo com os dados do Consulado Geral do Japão em Tóquio (2018), a população decasségui no Japão totaliza 185.967 pessoas, sendo que 27.629 pessoas (cerca de 15% da população) são filhos dos brasileiros em idade escolar (de 6 a 18 anos).

Tais dados revelam o número crescente de filhos de decasséguis no arquipélago japonês e ressaltam a importância de sua escolarização, tendo em vista que a educação é um dos fatores essenciais a envolver a infância e a adolescência.

A despeito da existência de escolas brasileiras no Japão, reconhecidas junto ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, a mensalidade é dispendiosa e a localização é restrita. Porém, muitas vezes, levando-se em conta a difícil adaptação dos filhos em escolas japonesas, a escola brasileira é uma opção para as famílias. No entanto, nas escolas japonesas, há uma grande preocupação com o ensino da língua japonesa às crianças estrangeiras, durante a alfabetização. Conforme Nozaki (2010), para uma melhor inserção na escola japonesa, as crianças estrangeiras são orientadas a frequentar aulas nas quais não há ou há pouca necessidade da utilização da língua japonesa, tais como Matemática, Artes, Música, dentre outras, enquanto, nas aulas que

⁶ O termo *nissei* refere-se à segunda geração, ou seja, os filhos dos migrantes japoneses (*isseis*) nascidos no Brasil.

exigem maior domínio do japonês, são encaminhadas para a sala internacional⁷, criada em 1992 pelo Ministério da Educação, para desenvolver e aprimorar a comunicação, leitura e escrita do idioma japonês.

Existem ainda Centros de Apoio e Assistência ao estrangeiro, os quais oferecem auxílio para a realização de tarefas escolares, em período extraescolar. Um fato interessante é que as crianças que revelam maiores dificuldade de inserção em escolas japonesas são aquelas que já haviam iniciado o processo de aprendizagem no Brasil, isto é, crianças que interromperam o ciclo escolar brasileiro, a fim de acompanhar sua família ao Japão. Por sua vez, as crianças que iniciaram seu ciclo escolar desde o Ensino Infantil no Japão são mais bem adaptadas e, conforme atingem outros ciclos escolares, se tornam os “tradutores” da família (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006).

Em pesquisa realizada com crianças brasileiras matriculadas no Japão, Nozaki (2016) constatou o elevado número de transferências escolares em sua vida, tanto entre escolas japonesas e brasileiras como entre escolas no Japão e no Brasil. No primeiro caso, as transferências escolares são motivadas por mudanças de residência decorrentes de ofertas de emprego no Japão ou como uma alternativa encontrada pelos pais, para que os filhos tenham acesso à educação nas duas culturas.

No segundo caso, as mudanças de escola ocorrem devido às múltiplas idas e vindas entre o Brasil e o Japão, peculiares nesse movimento migratório⁸. Quando se deparam com alguma crise, tais como desemprego, acidentes naturais, morte de familiares, no Brasil, é comum ocorrer o retorno.

Assim, Nozaki (2016) aponta que os filhos se tornam reféns da decisão dos pais, no que diz respeito a permanecer no Japão ou retornar ao Brasil, o que ocasiona múltiplas transferências escolares e as dificuldades de adaptação consequentes a tais mudanças.

⁷ A sala internacional é considerada uma recepção às crianças estrangeiras, quando chegam à instituição escolar japonesa, pois entrarão em contato com a aprendizagem do idioma japonês. Essas aulas ficam sob a responsabilidade do professor japonês e ocorrem no mesmo horário das aulas regulares. Para o ingresso nessa sala, basta que a criança seja estrangeira e apresente dificuldade na aprendizagem do idioma japonês.

⁸ Tal fato é marcante nesse movimento migratório, principalmente em razão do tempo de permanência de três anos, concedido pelo governo japonês. Além disso, o visto de longa permanência só é concedido para quem possui cônjuge japonês ou para a segunda e terceira geração de descendentes de japoneses (*nissei* e *sansei*, respectivamente). (EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL). A quarta geração (*yonsei*) só obteve a permissão para entrada no país a partir de 2018, com a exigência de conhecimento básico da língua japonesa, o impedimento de levar a família e tempo de permanência de cinco anos (PINTO, 2018)

No Japão, o ensino é obrigatório⁹ apenas para os japoneses e não para os imigrantes, pois não há um dispositivo legal o qual determine que a criança estrangeira em idade escolar seja obrigada a frequentar a escola japonesa. A Constituição de 1947 e a Lei Fundamental da Educação do mesmo ano (revisada em 2006) preveem a "igualdade de oportunidades para a educação". Entretanto, ao se utilizar a expressão "todos os nacionais", abrem-se brechas para a não obrigatoriedade aos estrangeiros (MINEI, 2018).

Ademais, existem poucos dados estatísticos relativos às crianças estrangeiras matriculadas nas escolas japonesas. Segundo a *Folha de S. Paulo* (2017), há cerca de 40 mil filhos de brasileiros com problemas de aprendizagem em escolas japonesas; além disso, dentre a população migrante no Japão, os brasileiros são apontados como aqueles que apresentam maior percentual de dificuldades escolares.

Soma-se a isso o fato de que, muitas vezes, os pais não possuem um projeto de vida de longo ou médio prazo (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006; OKAMOTO *et al.*, 2015). Nos primórdios do movimento decasségui, o tempo de trabalho projetado no Japão era de um a dois anos (SASAKI, 1999), porém, estudos demonstram que, apesar da intenção de permanência no Japão, ainda é comum que os imigrantes relatem que esperam passar a velhice no Brasil.

Quando se investiga a localização dos brasileiros que estavam no Japão em 2000, cinco anos antes da data do censo (migração de data fixa), percebe-se que a maioria não se encontrava no Japão e, portanto, sua permanência no país era inferior a cinco anos. Estes números indicam uma grande rotatividade entre os *dekasseguis*, já que o fluxo tem se mantido razoavelmente estável. Entre os que estavam no Japão há mais de cinco anos, observa-se também uma grande mobilidade: 13% dos homens e 14% das mulheres permaneceram no mesmo endereço; uma proporção um pouco maior (16,5%) mudou de endereço na mesma cidade; cerca de 8,0% mudaram de cidade na mesma província; e 11,5% foram para outra província (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006, p. 63).

Embora a questão financeira seja apontada como o principal motivo desse movimento migratório, há outro aspecto associado a esse processo, como a busca de identidade. A comunidade *nikkei*, no Brasil, sempre foi considerada pelos brasileiros como "japonesa", devido ao seu fenótipo e por se tratar de uma cultura perpetuada através das gerações. Ao receber do Japão a oportunidade de trabalhar na terra de seus ancestrais, os descendentes e os próprios imigrantes japoneses (nesse caso, os *isseis*) idealizaram um Japão no qual seriam bem recepcionados. Mas, ao chegarem ao país, percebem que não são aceitos como iguais perante a população local:

⁹ "When a child of a foreigner goes to a Japanese school, basically the child will receive the same education as a Japanese child gets" ("Quando uma criança estrangeira vai para uma escola japonesa, basicamente a criança receberá a mesma educação que uma criança japonesa"). (JAPAN, 2015, p. 18, tradução nossa).

Por outro lado ao chegar ao Japão, o *dekassegui* depara-se com uma situação inesperada: apesar de sua origem nipônica, o trabalhador é marginalizado e vive uma condição de estrangeiro na terra de seus ancestrais. Isso ocorre devido às características da sociedade japonesa que mantém uma distância em relação ao estrangeiro e lhe reserva papéis diferenciados na estrutura social. Nesse sentido, o Brasil passa ser sentido como o *homeland* e o emigrante pode resgatar o sentimento de pertencimento ao Brasil, ao entrar em contato com a população japonesa (OKAMOTO, 2007, p.74).

Fica claro que somente quando o decasségui se depara com a realidade, no Japão, sua identidade é finalmente confirmada como brasileira. Atualmente, viver no Japão significa ter uma estabilidade financeira, mesmo se sujeitando a salários inferiores, na sociedade japonesa, a uma rotina de vida na qual passa a maior parte do tempo num chão de fábrica e uma vida social restrita e compartilhada entre os mesmos, ou seja, os brasileiros. Muitos sentem saudade do Brasil, mas, com o acesso que possuem a alimentos, meios de informação (jornais, revistas e até um canal televisivo brasileiro), vestuário e diversão, o retorno muitas vezes fica cada vez mais distante.

Cabe ressaltar que, para os filhos dos decasséguis, a questão identitária continua presente. Por causa do princípio *jus sanguinis*¹⁰ que prevalece no Japão, mesmo os filhos de brasileiros nascidos no Japão têm nacionalidade brasileira. Essa condição gera uma crise identitária nesses jovens, uma vez que a maioria se sente japonesa, seja porque reside naquele país, seja porque fala o idioma japonês, seja ainda porque nasceu no Japão e, em muitos casos, não se recorda ou desconhece o Brasil.

Quando ocorre o retorno dessas famílias ao Brasil, os enfrentamentos são outros, dizendo respeito à re/adaptação ao país de origem. Devido às inúmeras diferenças existentes entre os países, à questão identitária e à falta de apoio e preparo na recepção dessa população, no país, os filhos de decasséguis enfrentam dificuldades no retorno, sendo comuns os relatos de estranhamentos culturais e idiomáticos, dificultando a aceitação do país e da própria condição identitária de "brasileiro" (OKAMOTO; JUSTO; RESSTEL, 2017).

Neste artigo, abordaremos a experiência do desenvolvimento de um projeto com a comunidade brasileira no Japão, através do trabalho psicológico em escolas brasileiras e japonesas, o qual resultou no atendimento e contato com crianças, jovens e famílias, além de professores e direção das escolas envolvidas. O referencial teórico utilizado para a compreensão dos desafios e enfrentamentos da comunidade decasségui foi a Psicanálise Vincular e os estudos migratórios, os quais nos permitiram compreender a

¹⁰ O *jus sanguinis* é o princípio que define a nacionalidade e a cidadania, através do direito de sangue, ou seja, a cidadania só pode ser reconhecida de acordo com a ascendência.

importância do desenvolvimento do pertencimento, da língua, da escola e da identidade, nesse processo migratório.

A QUESTÃO IDENTITÁRIA E O PERTENCIMENTO

Devido ao fato dos *nikkeis* possuírem características biológicas idênticas aos seus ancestrais, os mesmos são considerados “japoneses”, no território brasileiro; isso constitui uma marca aceita tanto na própria comunidade quanto pelo restante da população brasileira e, de certa forma, os diferencia dos indivíduos de outra origem étnica.

Entretanto, no Japão, as mesmas características são negligenciadas e os *nikkeis* são considerados estrangeiros, inclusive seus filhos, quando nascem no arquipélago. Ou seja, quando os decasségus entram em contato com a sociedade japonesa, percebem que a característica étnica não é suficiente para que sejam tratados como japoneses, resultando numa crise de identidade (DANTAS, 2010).

A compreensão da identidade, nesse contexto, evidencia a importância do pertencimento e da dimensão familiar, para sua constituição, uma vez que é na família que o sujeito apreende a capacidade e a necessidade de estabelecer vínculos afetivos, como forma de afirmar sua existência singular e posterior elaboração do sentimento de pertencimento a algo ou a uma cultura.

Nesse sentido, Correa (2000) aponta que a desvinculação dos grupos de pertença (tais como a família, escola, trabalho) gera uma crise identitária, porque o rompimento dos vínculos afetivos com tais grupos causa um desamparo, resultante de uma identidade em crise que não consegue se afirmar. A família constitui-se num importante grupo de pertença, pois é o espaço que possibilita a contenção psíquica dos sujeitos que a ela se vinculam, sobretudo em momentos de crise. “Com frequência, observamos crises, produzidas no nível identitário, que têm sua origem, entre outros fatores, na perda das referências culturais e afetivas e em sua repercussão na transmissão inconsciente da herança psíquica geracional” (CORREA, 2000b, p.80).

Levando-se em conta a dimensão do pertencimento à constituição identitária, o idioma é um aspecto que exige um duro trabalho num processo migratório, no qual, além da perda da terra natal, também se tem a perda da língua materna, considerada por Koltai (2013) como uma *segunda pele*, pois cada língua tem uma maneira particular de interpretar o mundo e seus códigos, estabelecendo um laço identitário entre os sujeitos que a compartilham. Assim, a aquisição da língua do país de acolhimento

representa a busca de restauração dessa segunda pele perdida e que assegura ao imigrante uma dose de segurança e amparo, através da articulação entre o individual e o social.

Nesse sentido, o idioma funciona como um elo entre o sujeito e o contexto social, revelando que a aquisição da língua local é fundamental para a sensação de inserção no contexto do país de recepção. No movimento de migração dos decasséguis, tal sentido talvez seja acentuado, considerando-se que, além de se caracterizar como o idioma do país de recepção, a língua japonesa coincide com aquela adquirida na transmissão familiar, recebida no contexto familiar.

Isso significa que somos inscritos no mundo a partir de e através dos outros que nos incluem no espaço com sua pluralidade e alteridade, concedendo-nos uma determinada cultura e um espaço transobjetivo que demarcam um lugar comum entre aqueles que compartilham traços e inscrições semelhantes. Tal aspecto constitui-se na trama do laço social que precede o sujeito e o sustenta na filiação e a um pertencimento reconhecido por um grupo (OKAMOTO; JUSTO; RESSTEL, 2017, p. 206).

A experiência da condição do estrangeiro, na qual não ocorre nem o reconhecimento de si, nem o reconhecimento social, quer na família, quer na comunidade de acolhimento, acontece com relação ao Japão, um país conhecido no imaginário dos decasséguis, educados no Brasil, como japoneses (CARIGNATO, 2013). Tal experiência nos remete à experiência do *ajeno*¹¹, instaurando um nós e os outros, na qual se delineia uma fronteira entre o conhecido – o familiar e a cultura de origem – e o desconhecido – a alteridade inquietante – ou seja, uma diferença impossível de ser transposta, que o outro carrega apenas com a sua presença.

Quanto aos filhos dos decasséguis – a segunda geração – que compartilham os espaços comuns ao contexto japonês e, por isso, é educada de acordo com os valores do país de acolhimento, num importante grupo de pertencimento, que é a escola, a experiência de *ajenidad* parece ainda mais radical e conflituosa, e pode ser observada no sentimento de “japonesidade” que as crianças carregam e, apesar disso, não são aceitas pela sociedade local. Mesmo tendo nascido no Japão, elas são consideradas brasileiras, do ponto de vista civil.

Nesse aspecto, podemos refletir a respeito do papel desempenhado pelo sistema cultural representado pelos rituais, costumes e idioma compartilhados, os quais funcionam como mecanismos que organizam o caos do mundo, possibilitando aos

¹¹ O uso do termo *ajeno*, em espanhol, é justificado pela dificuldade em encontrar, na língua portuguesa, um sinônimo que possa traduzir o sentido próprio do termo. Assim, a palavra usada inclui os conceitos de estranho, estranhamento, alteridade, diferença radical (WEISSMANN, 2017).

membros do grupo social o acesso à capacidade de simbolização, ou seja, de nomear e atribuir significados ao mundo que o rodeia. Quanto à segunda geração dos migrantes, o fato de nascer no Japão e compartilhar de espaços sociais – como a escola – e desenvolver o idioma, hábitos e costumes do país de acolhimento, não cumpre a função de proteger essa população da obscuridade do desconhecido e, dessa forma, facilitar a constituição das referências identitárias. Ao contrário, tem gerado uma fratura e falha subjetiva, a qual pode favorecer que esses filhos se fixem nas perdas, em face da impossibilidade de sobrepor-se às mesmas.

De acordo com Fernandes, Gomes e Levisky (2016, p. 136), a língua representa uma marca cultural essencial e sua perda repercute nas formações intermediárias fundamentais do aparelho psíquico familiar, gerando uma fragilidade nos processos de “metabolização de conteúdos/vínculos transmitidos transgeracionalmente e prejuízo em sua função de conter/transformar e delimitar fronteiras destinadas a garantir a ‘imagem da família’.” As autoras chamam a atenção para falhas na inscrição simbólica, no que se refere à perda da língua e hábitos, despertando sentimentos de medo e insegurança pela perda do continente e do apoio do enquadre cultural com a experiência migratória.

O aspecto aqui denominado duplo pertencimento (CORREA, 2015), ou seja, a necessidade de reafirmação de uma determinada cultura, em detrimento de outra, provocada pelo temor de perda das referências identitárias que marcou a fixação das famílias dos imigrantes japoneses, no Brasil, parece uma constante na vida dos seus descendentes.

Diante dessa ambiguidade identitária presente desde o início da imigração japonesa ao Brasil, pode-se dizer que as gerações subsequentes “viveram o dilema da eleição de fidelidades culturais e identificações, como se o duplo pertencimento fosse uma espécie de traição às famílias de origem, às tradições etc.” (CORREA, 2015, p. 179).

Porém, mesmo com as vantagens apontadas com relação à vida no Japão, em situações de crise, especificamente geradas por acidentes naturais (terremoto, tsunami e o acidente na usina nuclear de Fukushima), pela economia mundial, adoecimento e/ou morte de parentes, no geral, os decasséguis decidem retornar ao Brasil, considerado seu país de origem. Tendo em vista tais situações, é comum a experiência de insegurança, principalmente relacionada ao medo da morte, à impotência em proteger seus filhos e à posição econômica da família. De acordo com Correa (2015), esse contexto gera um “grande desorganizador grupal” vinculado a uma experiência de morte causada pelas fraturas afetivas desencadeadas ao longo do tempo.

Mesmo diante do sofrimento com as diversas perdas ocasionadas com o processo migratório, do conflito quanto ao pertencimento e à negociação identitária, é possível perceber um movimento de negociação entre as culturas envolvidas, na tentativa de constituição de uma identidade intercultural. Para a realização de tal processo, é necessário que os sujeitos apresentem uma flexibilidade interna que lhes permita fazer as escolhas entre quais elementos conservar, quais descartar e a possibilidade de criação e emergência do novo (CARIGNATO *et al.*, 2006).

Através do retorno, é possível perceber um movimento que tende a incorporar a experiência do período de vida no Japão à nova e des/conhecida realidade brasileira, afinal, é visível o estranhamento do país de origem, no momento dessa volta.

Entretanto, quanto aos filhos, os quais vivem outra relação identitária com o Japão, nem sempre essa possibilidade de flexibilidade e negociação identitária é evidente. Em face das perdas de referenciais culturais de pertencimento advindas com a decisão de retorno repentino, associadas à condição de estrangeiros no Japão, não é comum que os filhos demonstrem que essa experiência de trânsito entre dois países resultou num enriquecimento subjetivo. Ao contrário, existe uma dificuldade de aceitação do Brasil como o país de referência e de origem, resultando numa falha na transmissão, que pode desencadear a fixação nas perdas (CARIGNATO *et al.*, 2006; OKAMOTO; JUSTO; RESSTEL, 2017), dificultando o crescimento e a possibilidade de transformação e elaboração psíquica e vincular. Os filhos exprimem o quanto a experiência da *ajenidad* pode ser vivida como uma assimetria difícil de ser transposta, justamente porque as representações identitárias se tornam inconsistentes, terminando numa fragilização narcísica cuja implicação pode ser a rejeição da identidade e da alteridade.

Afinal, a experiência de vida transnacional, ou seja, entre duas culturas exige um trabalho psíquico intenso, devido ao "desenraizamento, ou seja, à perda dos referentes de língua e costumes, à adaptação, ou seja, à procura do outro e o trabalho de aculturação e à necessária articulação do familiar e do estrangeiro" (FERNANDES; GOMES; LEVISKY, 2016, p. 144).

A EXPERIÊNCIA COM OS FILHOS DOS DECASSÉGUIS

Apresentaremos, neste artigo, discussões acerca da questão identitária e de pertencimento social nos filhos dos decasségus, nascidos no Brasil ou no Japão, e crianças matriculadas em escolas japonesas e brasileiras, naquele país. As discussões

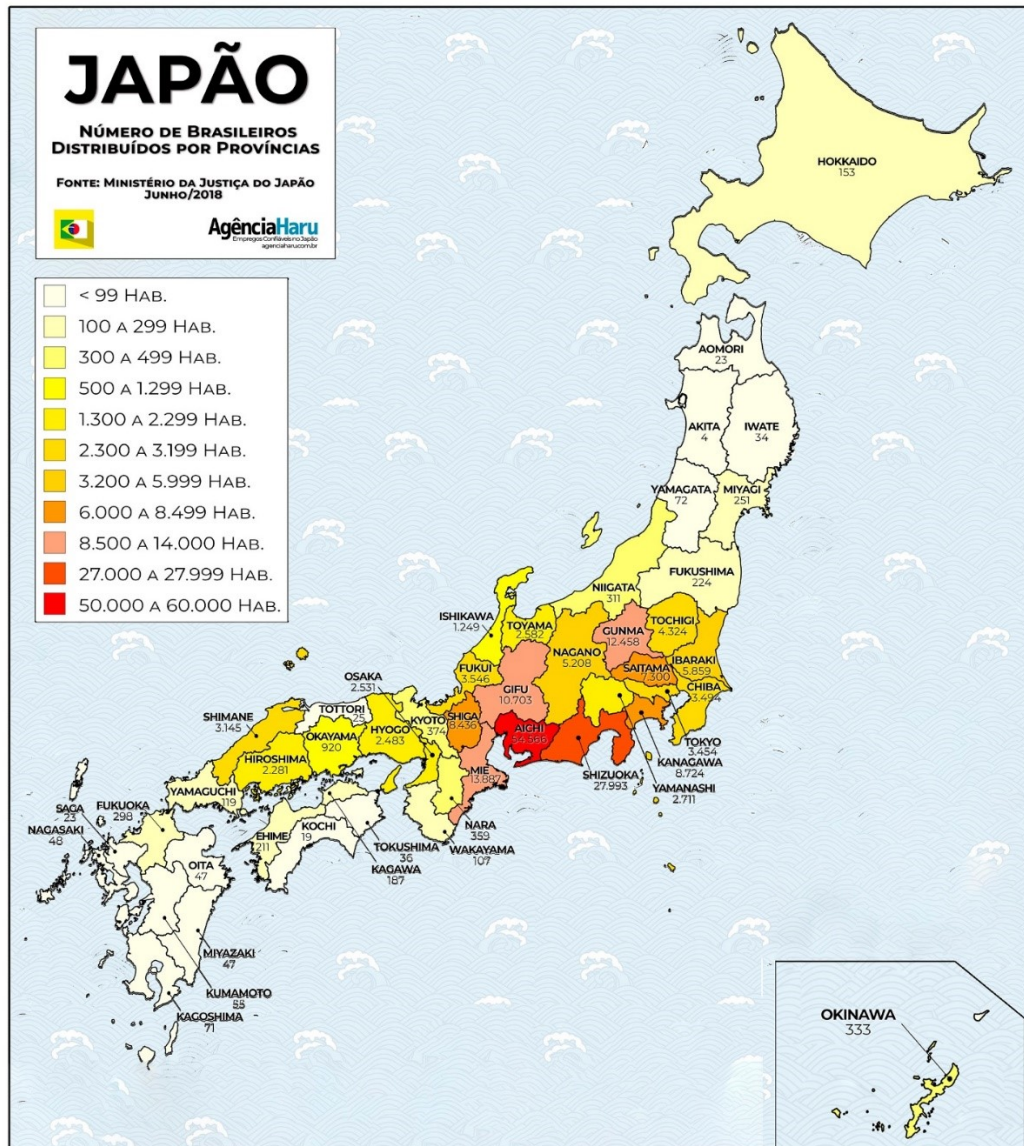
e resultados foram baseados na experiência adquirida durante a execução do projeto “Programa de desenvolvimento de apoio psicológico do Estado de São Paulo voltado aos decasségus e seus descendentes que retornam ao Brasil”¹², no período de 2012-2015¹³. Durante esse período, psicólogos trabalharam durante três meses por ano, no Japão, para oferecer apoio psicológico a filhos e pais brasileiros e professores das escolas, visando a conhecer a realidade da vida dos brasileiros nas escolas brasileiras e japonesas e acolher o sofrimento das crianças matriculadas e familiares. Devido ao tempo de desenvolvimento dos trabalhos, foram realizados atendimentos psicoterápicos breves, além de reuniões e encontros com pais, professores e direção das escolas, assim como discussão dos casos semanais com a coordenadora do projeto. Neste texto, os dados focalizados dizem respeito ao trabalho implementado nas províncias de Shizuoka (escola japonesa) e de Aichi¹⁴ (escola japonesa).

¹² No Brasil, o projeto de Cooperação Internacional entre a JICA - Japan International Cooperation Association, a UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Assis, e o MSPC - Conselho de Promoção para Convivência Multicultural, foi coordenado pela Dr.^a Mary Y. Okamoto.

¹³ Como o material exposto diz respeito ao desenvolvimento de um projeto comunitário e não de uma pesquisa, não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

¹⁴ De acordo com dados do Ministério da Justiça do Japão, referentes ao ano de 2018 (AGÊNCIA HARU, 2018), as cidades com maior concentração de brasileiros localizam-se nas províncias de Shizuoka e Aichi, nas cidades de Hamamatsu, Toyohshi e Toyota, respectivamente. Os dados aqui apresentados referem-se ao desenvolvimento do referido projeto em tais cidades.

Imagem 1: Mapa com o número de brasileiros por província no Japão, no ano de 2018.



Fonte da imagem: <https://agenciaharu.com.br/brasileiros-no-japao-por-provincia/amp/>¹⁵

O trabalho desenvolvido na escola japonesa, na cidade de Iwata (província de Shizuoka), teve início após uma comunicação escrita para os pais, professores e crianças matriculadas, explicando os objetivos do trabalho da psicóloga, no ano de 2014. Desse modo, os atendimentos foram realizados com crianças e familiares, através de demanda espontânea, ou encaminhados pelo professor, por solicitação dos pais. Na época, havia 782 crianças matriculadas na escola, 53 das quais eram estrangeiras: 43 brasileiras, 4 filipinas, 4 peruanas e 2 chinesas. Foram feitos atendimentos com 18 pessoas, sendo 7 pais e 11 crianças brasileiras, com as seguintes queixas: indisciplina infantil, ansiedade generalizada/insegurança, um caso de tricotilomania, queixas de

¹⁵ Mapa com o número de brasileiros distribuídos por província, no ano de 2018.

comportamentos relacionados ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, comportamento de fuga por não querer permanecer na sala de aula, problemas escolares, em decorrência de conflitos familiares, apatia, *bullying* e conflito entre amigos da escola. Todos os atendimentos foram efetuados nas dependências da escola, em sala reservada, mediante uma escuta atenta e qualificada das questões levantadas e a realização de psicoterapia breve, embasada no referencial teórico psicanalítico.

Na escola brasileira, as atividades foram realizadas no ano de 2012, na cidade de Toyota (província de Aichi), contando com 12 participantes, sendo 7 crianças, 3 adolescentes e 2 adultos (a professora e a diretora). As queixas foram: dificuldades de aprendizagem com a língua portuguesa e com a língua japonesa, ansiedade de separação, ansiedade depressiva e ansiedade persecutória, agressividade, mutismo, crise identitária, maus tratos em creche brasileira, autismo, violência doméstica, solidão, falta de compromisso dos pais com estudos dos filhos, sofrimento emocional e desamparo psíquico. As solicitações para os atendimentos na escola brasileira foram feitas pelos pais, professores ou coordenadores, os quais perceberam alguma necessidade de atendimento psicológico das crianças e dos adolescentes. Nesse caso, também foram realizados atendimentos psicoterápicos breves.

As experiências foram analisadas mediante os registros *a posteriori* das profissionais, empregando-se a psicanálise como método de análise e de interpretação das experiências.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS DOS DECASSÉGUIOS NO JAPÃO

Escolas japonesas

Embora não exista um número oficial e preciso de quantas crianças e adolescentes brasileiros estão, de fato, matriculados em escolas públicas japonesas, estima-se que a maioria frequente essas instituições devido às facilidades oferecidas aos pais, como baixo custo e a circunstância de a criança poder ir sozinha para a escola, uma vez que as escolas brasileiras são poucas, espalhadas e têm um custo financeiro maior.

O sistema de ensino no Japão foi dividido em seis anos de Ensino Fundamental I (*Shōgakkō*), três anos de Ensino Fundamental II (*Chūgakkō*), três anos de Ensino Médio (*Kōkō*) e quatro anos de universidade (*Daigaku*). O Ensino *Shōgakkō* e o *Chūgakkō*, que, no Brasil, seria o Ensino Fundamental, são obrigatórios e

compulsórios, ou seja, não há possibilidade de reprovação e as crianças matriculadas são inseridas nas séries escolares, de acordo com a idade. No entanto, esse fator pode gerar dois problemas: um deles é que, como a lei da obrigatoriedade escolar não se estende aos estrangeiros, ficando a cargo da família decidir sobre o ingresso e permanência do filho na escola, alguns estrangeiros acabam se evadindo com mais facilidade da escola. Como não ocorre reprovação e as crianças sejam matriculadas no ano escolar, de acordo a sua idade – e não conforme o conhecimento adquirido –, muitos estrangeiros são passados de um ano ao outro sem aprender quase nada.

Em 1992, devido ao número de migrantes em idade escolar no Japão, o Ministério da Educação criou a classe internacional para as escolas que possuem mais de 10 crianças estrangeiras matriculadas. O intuito dessas salas é oferecer suporte aos estrangeiros, a fim de aprender o japonês e suprir as dificuldades de aprendizagem (NOZAKI, 2016). Além desta e outras ações, em 2005, o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia do Japão elaborou a cartilha *Guia Escolar: procedimentos para matrícula em escola japonesa*, para ajudar os pais brasileiros no processo de realização da matrícula escolar (JAPÃO, 2005). Entretanto, mesmo com esses programas e estratégias de apoio, muitas crianças e adolescentes brasileiros encontram dificuldades de inserção e permanência nas escolas japonesas.

As principais dificuldades das crianças brasileiras que frequentam a rede escolar japonesa, observadas e analisadas por meio de uma experiência da aplicação do projeto, no Japão, em 2014, onde se analisaram 11 crianças, juntamente com estudos bibliográficos, são: domínio da língua, conflitos escolares e dificuldades de adaptação, em função dos diferentes hábitos e costumes. Vale ressaltar que essas dificuldades serão maiores ou menores, a depender da idade e tempo de migração da criança, rede de apoio, o quanto os pais são participativos na vida escolar do filho e o quanto estão inseridos e adaptados ao Japão, sendo, portanto, uma experiência vivida de modo singular para cada família.

Em se tratando do idioma, o sistema de escrita e comunicação, no Japão, é extremamente complexo e foge totalmente do alfabeto latino, tornando-o mais difícil de aprender e processar. Somado a esse fator, muitas crianças fazem uso do japonês somente no espaço escolar e, em casa, se comunicam em português com os pais, os quais, frequentemente, também têm dificuldade de compreender a língua japonesa, por trabalharem em fábricas repletas de brasileiros, não havendo a necessidade real de aprender o japonês. Ao não ser estimulada em casa e não ver a aplicabilidade em aprender tal língua, muitas vezes, devido à promessa de retorno ao Brasil, os filhos e

os pais não se preocupam muito com essa defasagem. Todavia, a dificuldade da aquisição da língua japonesa, por parte da criança, acaba gerando uma dificuldade de aprendizagem e nas relações com outras crianças e professores, podendo levar ao isolamento e exclusão social dessa criança, na escola.

O segundo ponto geral observado, em se tratando das dificuldades das crianças brasileiras que estudam nas escolas japonesas, são os conflitos escolares em decorrência das divergências entre os nativos e os imigrantes. No Japão, há certa valorização da homogeneidade e rejeição a aspectos “fora do padrão”; logo, o estrangeiro pode ser visto como uma ameaça ao equilíbrio e algo que incomoda, por destoar do comum e do esperado. Assim, além das dificuldades e barreiras impostas pela cultura e idioma, a diferença em seu fenótipo, origem e costumes, em uma sociedade que preza tanto a homogeneidade, leva muitas crianças estrangeiras a sofrerem com os *ijimes* (*bullying*), hoje praticados de modo mais sutil e velado, no país.

Segundo o Ministério da Educação (MEXT), citado por Kawabe, no jornal *Alternativa* (2016), entre abril de 2015 e março de 2016, o Japão registrou ao menos 224.540 casos de *bullying* nas escolas. De acordo com o relatório, a maior ocorrência de atos violentos está nas escolas primárias, as quais registraram 151.190 casos, seguidas das escolas ginásiais, com 59.422 casos, ensino médio, com 12.654 casos, e escolas especiais, com 1.274 ocorrências. Ainda segundo o relatório, com os maus tratos e humilhações sofridas nas escolas, 24 crianças cometeram ou tentaram o suicídio, 18 crianças ficaram feridas por sofrerem agressões e 78 estudantes apresentaram certos danos psicológicos, como depressão. Vale ressaltar que esses dados não se restringem aos atos violentos sofridos apenas pelas crianças estrangeiras, no país, mas podem indicar tanto que o número de *ijime* tenha crescido quanto que o governo japonês tenha lançado mão de métodos mais eficazes de identificação e notificação; no entanto, mostram como a prática de *ijime*, no país, ainda é comum.

Em decorrência da discriminação, agressão física, psicológica e intimidação sofrida pelos japoneses, muitos estudantes brasileiros acabam se isolando e desenvolvendo sintomas psicossomáticos e alguns transtornos, como depressão, ansiedade, pânico ou comportamentos de automutilação, por não conseguir compartilhar a sua dificuldade e sofrimento, nem na escola e, algumas vezes, nem com os seus pais, no ambiente familiar. Devido à desatenção, falta de tempo e de compreensão da dinâmica escolar japonesa, alguns pais acabam não dedicando um espaço para ouvir seus filhos. Essa ausência de um espaço de fala e escuta pode causar

um duplo sofrimento na criança, quer pelo conflito vivido, quer por reprimir e calar esse mesmo conflito, quando não se tem um espaço ou meios de partilhar com outra pessoa.

O terceiro fator que gera dificuldades de inserção e permanência das crianças brasileiras na escola japonesa, o qual também está relacionado aos pontos já levantados, é a dificuldade de adaptação ao sistema japonês. Com uma cultura, hábitos e costumes tão diversos, é comum que os brasileiros encontrem dificuldade para se adaptar. Assim, como aponta Dias, “é quase impossível entender e/ou aceitar naturalmente algumas regras, principalmente porque não conseguem entender seu sentido lógico [do ponto de vista da sua própria cultura] e nem recebem explicações convincentes sobre as mesmas” (DIAS, 2017, p. 616). Para serem inseridos no contexto cultural japonês, muitas crianças e adolescentes brasileiros precisam se moldar ao sistema japonês, que é extremamente rígido, ou serão excluídas.

Nesses casos, adaptar-se pode significar moldar-se, ou seja, a adaptação do aluno estrangeiro será reconhecida quando ele, de acordo com as ordens, agir “naturalmente” como todos os outros alunos japoneses. Essa necessidade de adaptar-se, que muitas vezes é interpretada como ter que virar japonês, também é uma dificuldade para muitos estudantes brasileiros; e em alguns casos, é a principal justificativa usada por pais que afirmam que não querem que seus filhos “virem japoneses” e, por isso, não os matriculam em escolas japonesas (DIAS, 2017, p. 615).

Além do idioma, costumes, cultura e postura, outro fator que dificulta a adaptação das crianças brasileiras é o tipo de acompanhamento e a presença dos pais nas questões escolares do filho. No Japão, a presença e a participação dos pais, sobretudo da mãe, é muito cobrada na escola japonesa, seja em reuniões, comemorações, grupos de trabalho, organização dos materiais e realização de tarefas escolares. No entanto, levados pelas longas e extenuantes jornadas de trabalho, falta de tempo e desconhecimento da língua japonesa, muitos pais não conseguem auxiliar seus filhos nos afazeres escolares e acompanhar o rendimento escolar (YONAHA, 2013). Isso acaba comprometendo o desempenho e a adaptação do filho, na escola, que terá de criar recursos próprios para lidar com as intempéries dessa nova experiência.

Outro aspecto observado é que, ao serem inseridas no sistema de ensino japonês, algumas crianças vivenciam um conflito de identidade, pois apresentam traços e descendência nipônica. Assim, no Brasil, eram considerados japonesas, mas quando vão para o Japão, são consideradas brasileiras por não terem nascido lá e por não se enquadrarem totalmente na cultura e nos costumes. Nas palavras de Tanaka (2009), eles saem “de um país onde é chamado de japonês e chega a um país em que é considerado forasteiro (*gaijin*). No Brasil ele é considerado ‘outro’; no Japão também é

um 'outro'; a condição de não-pertencimento ou de não-pertencimento pleno está presente nas duas realidades" (TANAKA, 2009, p. 57).

Assim, as crianças e adolescentes que vão para as escolas japonesas encontram duas saídas para lidar com questões referentes à escolarização: ou incorporam os costumes, regras e cultura e tentam se assemelhar ao máximo aos japoneses, mesmo que isso implique a perda dos referenciais do país de origem; ou não incorporam a realidade escolar japonesa e sofrem exclusão e rejeição, o que contribui para a evasão escolar (NAKAGAWA, 2005).

Diante de tantos desafios, é compreensível que algumas crianças apresentem comportamento de isolamento e autoestima baixa, depressão, ansiedade, insegurança ou desinteresse pela escola. Não suportando a pressão do sistema escolar japonês, algumas crianças migram para as escolas brasileiras, outras abandonam a escola, enquanto alguns adolescentes entram para o mundo do trabalho ou da delinquência, praticando furtos e vandalismo. Nesse sentido, "o reconhecimento que não foi possível obter de bom grado, será tomado pela força. Através da transgressão, preferem atrair a censura dos outros a sofrer sua indiferença" (NAKAGAWA, 2005, p. 203).

De acordo com dados divulgados pela Agência Nacional de Polícia, no primeiro semestre de 2011, 54 jovens brasileiros, entre 14 e 19 anos de idade, foram julgados, no país, pelos crimes de furto, envolvimento com drogas e crime hediondo (TOBACE, 2012). A reportagem ainda aponta que, entre 2001 a 2010, a delinquência juvenil, no Japão, foi liderada pelos brasileiros, à frente de chineses e coreanos, caindo em 2011, depois de dez anos. Comparada aos padrões dos jovens japoneses, essa taxa de criminalidade entre os brasileiros é alta, e isso se deve em parte à ociosidade, evasão escolar e falta de comunicação e monitoramento dos pais.

Outro ponto que contribui para a evasão escolar é o ingresso precoce no mercado de trabalho, uma vez que, no Japão, os adolescentes com 16 anos já podem trabalhar, segundo a lei brasileira e japonesa. Atraídos pelo consumo de tecnologias, o qual ali é muito avançado, e pela possibilidade de ter sua independência e ostentar bens, chegando a ganhar a mesma remuneração dos pais, muitos jovens abandonam os estudos para ingressar nas fábricas, já que os ganhos obtidos são mais atraentes que os estudos. Ao abandonar os estudos, esses jovens não terão muitas chances de se desenvolver e crescer profissionalmente, seguindo a mesma trajetória dos seus pais: serem trabalhadores de chão de fábrica, no Japão.

A educação é uma ferramenta essencial para a progressiva integração e expansão da comunidade brasileira, no Japão; por isso, precisamos pensar em meios de amenizar

as dificuldades das crianças brasileiras nas escolas japonesas e fomentar as potencialidades que as mesmas possuem, mesmo convivendo em um contexto cultural totalmente diferente do seu país de origem.

Escolas brasileiras no Japão

As escolas brasileiras no Japão são estabelecimentos de ensino privado (BRASIL, 2020), os quais oferecem a formação básica educacional em português, cuja proposta pedagógica está de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e com as Diretrizes Curriculares brasileiras.

Atualmente, existem 39 escolas brasileiras homologadas no Japão e 13 em processo de homologação, sendo que 10 das escolas homologadas estão na província de Aichi, e 3, na cidade de Toyota (BRASIL, 2020).

Sendo escolas privadas, o investimento para manter um filho é alto e pode ultrapassar 1/3 do salário feminino. Além disso, existem outras despesas, como o valor do transporte para levar os filhos à escola, pois, no Japão, é costume utilizar esse meio de locomoção para as crianças estrangeiras, já que os pais estão nas fábricas.

A estrutura física da escola brasileira é bem menor, em comparação com a instituição escolar japonesa, que dispõe de um amplo espaço. Ademais, não estão localizadas nos bairros, próximas às casas das famílias dos imigrantes, como as escolas japonesas, as quais atendem à demanda do bairro.

As aulas nas instituições brasileiras, no Japão, se iniciam no mês de fevereiro. As férias escolares acontecem três vezes ao ano, nos meses de abril, agosto, final de dezembro e início de janeiro. O calendário escolar de férias acompanha as datas estabelecidas pelo funcionamento das indústrias. A recuperação e atividades extras (passeios e desenhos) são promovidas no mês de janeiro.

Embora as escolas ofereçam aulas de língua japonesa, sobretudo para o Ensino Fundamental I, Fundamental II e o Ensino Médio, a aprendizagem desse idioma não é suficiente para que a pessoa possa alcançar a fluência necessária para a vida, naquele país.

Apesar da preocupação em motivar as crianças matriculadas a cursarem uma universidade, é comum que estas interrompam os estudos, quando conseguem ser admitidas no trabalho, como operárias, nas fábricas e indústrias japonesas, seguindo o mesmo caminho de seus pais.

Para essas crianças, a possibilidade de cursar o Ensino Superior, no Japão, é praticamente inviável, principalmente pela falta de domínio do idioma japonês e do alto investimento financeiro. No geral, tal possibilidade é adiada ou deslocada para o ingresso no Brasil ou em cursos japoneses de graduação à distância – EAD.

Em 2012, 198 crianças estavam matriculadas na instituição escolar onde se realizou o projeto, sendo oito na Educação Infantil, 76 no Ensino Fundamental I, 68 no Ensino Fundamental II e 52 no Ensino Médio (RESSTEL, 2019). Por esses dados, podemos perceber que dar sequência aos estudos, com o passar dos anos, vai se tornando cada vez mais difícil aos filhos de estrangeiros. Os números apontam uma redução no número de crianças matriculadas que completam o Ensino Médio.

Em relação às crianças pequenas, a maioria dos pais acaba optando por matriculá-las nas creches públicas japonesas, em vista de certas facilidades, como a localização no bairro, a assistência dos profissionais e por ser uma instituição pública. Outros pais, por causa da carga horária extensiva de trabalho, preferem deixar o filho pequeno aos cuidados de outros brasileiros desempregados, os quais cuidam de crianças em sua residência como forma de obter ganhos financeiros ou porque não se adaptaram ao trabalho nas fábricas. Existem ainda, crianças que não frequentam nenhuma instituição, ficando em casa (KOJIMA, 2010).

É possível verificar a falta de vocabulário, na língua portuguesa, em crianças recém-chegadas da escola japonesa, constituindo-se numa das principais barreiras a ser enfrentada, além da defasagem na aprendizagem, pois uma parte dessas crianças vive em mudanças constantes entre a escola brasileira e a japonesa, e vice-versa, além das idas e vindas entre os países. Tais mudanças podem ser consideradas um fator significativo e prejudicial para o desenvolvimento do estudo dessas crianças, dificultando a aquisição idiomática, a constituição dos vínculos e identitária. Por sua vez, alguns pais acreditam que os filhos possam adquirir conhecimento fluente em ambos os idiomas, se frequentarem as duas escolas.

Devido ao ritmo, à carga e à intensidade de horas dedicadas ao trabalho, é frequente a ausência dos pais nas reuniões agendadas pela escola, que disponibiliza atendimentos telefônicos, o agendamento em outros horários e, mesmo assim, a procura dos pais para obter informações do desenvolvimento escolar do filho é baixa (RESSTEL, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da diversidade de experiências vividas pelos filhos de brasileiros, no Japão, matriculados em escolas brasileiras ou japonesas, a questão do idioma é premente. Ao frequentar as escolas brasileiras, a educação se dá no idioma português e, com isso, existe a *guetificação* desses jovens e crianças que têm acesso limitado ao idioma local. Em acréscimo, caso escolham seguir os estudos num curso superior, o futuro dessa geração fica atrelada ao retorno ao Brasil. Permanecendo no Japão, a barreira idiomática automaticamente conduz a empregos de baixa qualificação, como aqueles desempenhados pela maioria dos pais.

A entrada na escola japonesa apresenta algumas complexidades. Há muitas queixas de dificuldades de aprendizagem entre as crianças brasileiras matriculadas, além disso, os pais têm dificuldade para acompanhar a vida escolar dos filhos e, por isso, algumas escolas contratam intérpretes para facilitar a comunicação entre a escola e as famílias. Esses intérpretes, contratados pelas prefeituras, geralmente são de nacionalidade brasileira e, mesmo assim, não são qualificados e nem estão preparados para lidar com uma série de problemas que surgem, no âmbito escolar com o estrangeiro e o sistema escolar japonês, mas é por intermédio deles que se cria um espaço de comunicação entre a criança, a escola e a família. Ademais, os filhos de decasségus que estudam em escola japonesa e têm fluência no idioma japonês, muitas vezes, são tradutores da família, principalmente em consultas médicas, na própria escola, em situações institucionais.

As crianças e adolescentes matriculados nas escolas japonesas ficam mais vulneráveis a sofrerem *ijime* e preconceito, por parte de alguns japoneses que não conseguem aceitar e conviver com as diferenças. Entretanto, por terem mais acesso ao idioma, conteúdos escolares e cultura, aumentam as chances de ingressar em uma universidade japonesa, a despeito do número de brasileiros que chegam à universidade do Japão ainda ser inexpressivo, quando comparado ao total de brasileiros em idade escolar, no Japão.

Evidentemente, trata-se de uma questão que envolve múltiplos fatores, porém, constitui um fato recente, existindo poucas pesquisas a respeito do tema, malgrado a situação preocupante que envolve a vida dessa geração de brasileiros naquele país. Em nossa experiência durante os três anos em escolas brasileiras, japonesas e associações não-governamentais, no Japão, ficou evidente a solidão da vida dessas crianças e jovens, os quais, após o horário escolar, permaneciam sozinhas em casa ou se dirigiam

para atividades esportivas ou culturais, sobretudo devido à intensa carga de horário de trabalho dos pais. Dessa maneira, elas adquirem autonomia e independência com relação às tarefas domésticas, colaborando com a organização da casa.

Como é grande o número de famílias que não têm domínio do idioma japonês, os filhos desenvolvem principalmente o idioma português, no ambiente doméstico, e dentre aqueles que frequentam a escola japonesa, existe a possibilidade do desenvolvimento nos dois idiomas, aumentando as chances no mercado de trabalho, em razão da aquisição bilíngue.

É importante ressaltar que, com respeito à questão identitária, muitos jovens não se consideram brasileiros e, muitas vezes, além do desconhecimento do país, têm medo ou mesmo repulsa, devido às notícias que, no geral, são atribuídas e que caracterizam o Brasil, especialmente na mídia, tais como violência, desorganização, corrupção.

Finalizando as reflexões, cabe apontar o protagonismo dessas crianças, diante da complexa experiência educacional, enfatizando os desafios enfrentados desde idade precoce, na tentativa de superar os obstáculos quanto ao pertencimento social e na busca de ocupar um lugar no meio social do país receptor.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA HARU. **Brasileiros no Japão por província**. 2018. Disponível em: <https://agenciaharu.com.br/brasileiros-no-japao-por-provincia/amp/> Acesso em: 27 jul. 2020.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami.; SUGAHARA, Sonoe. Permanentemente temporário: decasséguis brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 61-85, jan./jun. 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Consulado Geral do Brasil em Nagoya. **Escolas brasileiras**. Disponível em: http://nagoia.itamaraty.gov.br/pt-br/escolas_homologadas.xml Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Consulado Geral do Brasil em Tóquio. **Estatísticas e bibliografia**. Disponível em: http://cgtoquio.itamaraty.gov.br/pt-br/estatisticas_e_bibliografia.xml#noticias_e_pesquisas Acesso em: 11 abr. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Tóquio. **Escolas homologadas**. Disponível em: <http://toquio.itamaraty.gov.br/pt-br/educacao.xml#homologadas>. Acesso em: 03 mar. 2020.

CARIGNATO, Taeco Toma. A construção de uma clínica psicanalítica para migrantes. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XXI, n. 40, p. 107-129, jan./jun. 2013.

CARIGNATO, Taeco Toma; ROSA, Miriam Debieux; BERTA, Sandra Letícia. Imigrantes, migrantes e refugiados: encontros na radicalidade estrangeira. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana - REMHU**, São Paulo, ano XIV, n. 26, p. 83-118, 2006.

CORREA, Olga B. Ruiz. (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000a.

CORREA, Olga B. Ruiz. (org.). **O legado familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000b.

CORREA, Olga B. Ruiz. (org.). **Crises e travessias**. Curitiba: KBR, 2015.

COSTA, João Pedro Corrêa. **De decasségui a emigrante**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

DANTAS, Sylvia Duarte; UENO, Laura; LEIFERT, Gabriela; SUGUIURA, Marcos. Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. Brasília: **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVIII, n. 34, p. 45-60, 2010.

DIAS, Nilta. Crianças e jovens brasileiros no Japão: educação, cultura e inquietudes. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**. Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 607-629, 2017.

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. **Visto**. Disponível em: https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/visto.html Acesso em: 10 mar. 2019.

FERNANDES, Maria Inês Assumpção; GOMES, Isabel Cristina; LEVISKY, Ruth Blay. Diversidade cultural e a noção de “entre dois”. In: RAMOS, Magdalena. (org.). **Novas fronteiras da clínica psicanalítica de casal e família**. São Paulo: Escuta, 2016.

ISHII, Angelo. Reflexões sobre os 20 anos do movimento “dekassegui” – a perspectiva de um brasileiro radicado no Japão. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **20 anos dos brasileiros no Japão**. Brasília: FUNAG, 2010.

JAPAN. Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology. **Guidebook for starting school: procedures for entering Japanese schools**. 2015. Disponível em: https://www.mext.go.jp/component/a_menu/education/micro_detail/_icsFiles/afieldfile/2016/06/24/1358299_01.pdf Acesso em: 17 jul. 2020.

JAPÃO. Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia. **Guia escolar: Procedimentos para matrícula em escola japonesa**. abr. 2005. Disponível em: <http://www.curitiba.br.emb-japan.go.jp/files/000122289.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

KAWABE, Ana Laura. Japão registra mais de 220 mil casos de "ijime" nas escolas em um ano. **Jornal Alternativa**, 2016. Disponível em: https://www.alternativa.co.jp/Noticia/View/62532/Japao-registra-mais-de-220-mil-casos-de-ijime-nas-escolas-em-um-ano?fb_comment_id=1110306519083676_1110470762400585&fb_comment_id=1110306519083676_1110470762400585 Acesso em: 10. abr. 2020.

KOJIMA, Yoshimi. O ambiente educacional das crianças brasileiras residentes no Japão e suas implicações. *In*: VÁRIOS AUTORES. **Centenário**: contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural. 1. ed. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2010. p. 381-385.

KOLTAI, Caterina. Traumas decorrentes dos deslocamentos forçados. **Diversitas**, São Paulo, n. 1, p. 131-137, mar./set. 2013.

MINEI, Akiko. **Organização do Sistema Educacional - Sistema Educacional e Multiculturalidade**. Universidade Federal de Mato Grosso. 2018. Disponível em: <https://setec.ufmt.br/ri/handle/1/47> Acesso em: 19 jul. 2020.

MIZUKAMI, Mário. Palestra proferida no Simpósio Comemorativo do 5º Aniversário do Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – CIATE. *In*: NINOMIYA, M. (org.). **"Dekassegui"** - 10 anos de história e suas perspectivas futuras. São Paulo: CIATE e Centro de Estabilização de Emprego nas Indústrias, 1998.

MORIYA, Renato Mikio. **Fenômeno Dekassegui**: um olhar sobre os adolescentes que ficaram. Londrina: CEFIL, 2000.

NAKAGAWA, Décio. Trabalhadores brasileiros no Japão. *In*: MORIYA, Renato M. **Fenômeno Dekassegui**: um olhar sobre os adolescentes que ficaram. Londrina: CEFIL, 2000.

NAKAGAWA, Kyoko Yanagida. **Crianças e adolescentes brasileiros no Japão**: províncias de Aichi e Shizuoka. 2005. 245f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

NOZAKI, Izumi. **A educação escolar das crianças brasileiras no Japão**: os paradoxos da imigração. Toronto: Congresso LASA – Associação de Estudos Latino-Americanos, 2010.

NOZAKI, Izumi. Migração e Educação: a escolarização das crianças brasileiras residentes no Japão. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 1, p. 95-114, 2016.

OKAMOTO, Mary Yoko. **Dekassegui e família**: encontros e desencontros. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - PUC/SP, São Paulo, 2007.

OKAMOTO, Mary Yoko *et al.* **Manual para o atendimento de brasileiros descendentes de japoneses**. Programa de Cooperação Técnica (Local) JICA. Programa de desenvolvimento de apoio psicológico no Estado de São Paulo voltado aos decasségus e seus descendentes que retornam ao Brasil (2012-2014). Nagoya, Japão: Unesp-Assis/ Brasil, Conselho de Promoção para Convivência Multicultural (Japan) e Japan International Cooperation Agency – JICA, 2015. Disponível em:

<http://www.pref.aichi.jp/syakaikatsudo/kyogikai/tebiki/nikkeiburajirujinnsitehenotaiou/nikannsurutebiki.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

OKAMOTO, Mary Yoko; JUSTO, José Sterza; RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. Imigração e desamparo nos filhos de dekasseguis. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 25, n. 50, p. 203-219, ago. 2017.

OLIVEIRA, Adriana Capuano. O direito a ser (e continuar sendo) família no contexto da emigração Brasil – Japão. Desafios e desdobramentos. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVI, n. 31, p. 219- 228, 2008.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Crianças diagnosticadas como autistas no Japão preocupam brasileiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2017. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1895771-criancas-diagnosticadas-como-autistas-no-japao-preocupam-brasileiros.shtml> Acesso em: 10 mar. 2019.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Sai primeiro visto para descendente de japonês de quarta geração. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 nov. 2018. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/sai-primeiro-visto-para-descendente-japones-de-quarta-geracao.shtml> Acesso em: 10 mar. 2019.

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. **Leitura Psicanalítica de experiência de trabalho no Japão com filhos de dekasseguis**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/183548> Acesso em: 10 abr. 2020.

SASAKI, Elisa Massae Pinheiro. **O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento dekassegui**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.

SASAKI, Elisa Massae. Movimento dekassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. *In*: REIS, R. R.; SALES, T. (org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 243-274.

SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. São Paulo: **Revista Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, 2006.

TANAKA, Edna. **A volta dos filhos de dekassegui ao Brasil: escolarização, dificuldades e superação**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TOBACE, Ewerthon. **Depois de dez anos, brasileiros deixam topo do ranking de criminalidade estrangeira no Japão**. BBC Brasil, 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/02/120224_brasileiros_crime_japao_mv. Acesso em: 10 abr. 2020.

WEISSMANN, Lisette. Migração/exílio e a perda da língua materna. **Cad. Psicanál.** (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 39, n. 37, p. 185-206, jul./dez. 2017.


YONAHA, Tábata Quintana. **A educação de crianças e jovens brasileiros no Japão:** características sociológicas do fenômeno decasségui e seus reflexos na educação infanto-juvenil. 2013. 51f. Monografia (Graduação) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Curso de Letras - Japonês, Brasília, 2013.

NOTAS


OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS DOS DECASSÉGUIS NO JAPÃO

The education challenges of the decasségui's children in Japan


Mary Yoko Okamoto

Doutora em Psicologia Clínica
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Professora Assistente Doutora
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
mary.okamoto@unesp.br
 <https://orcid.org/0000-0001-8844-7138>

Cizina Célia Fernandes Pereira Resstel

Doutora em Psicologia
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Assis, Brasil
ciressfer@yahoo.com.br
 <https://orcid.org/0000-0003-0526-4964>

Juliana Fernanda de Barros

Mestre em Psicologia
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Assis, Brasil
jubarrospsi@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-5318-872X>

Endereço de correspondência do principal autor

Av. Dom Antônio, 2100. Parque Universitário. CEP: 19.806-900. Assis, São Paulo. Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as instituições envolvidas na execução do projeto, aos alunos e famílias participantes.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. Y. Okamoto, C. C. F. P. Resstel, J. F. Barros.

Coleta de dados: M. Y. Okamoto, C. C. F. P. Resstel, J. F. Barros.

Análise de dados: M. Y. Okamoto, C. C. F. P. Resstel, J. F. Barros.

Discussão dos resultados: M. Y. Okamoto, C. C. F. P. Resstel, J. F. Barros.

Revisão e aprovação: M. Y. Okamoto, C. C. F. P. Resstel, J. F. Barros.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Fontes de Apoio de custeio, bolsas, transporte nacional e internacional: JICA - Japan International Cooperation Association, MSPC - Conselho de Promoção para Convivência Multicultural, UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Assis. Como se tratou de um projeto financiado por órgãos internacionais, não há comprovantes para anexar.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 30-04-2020 – Aprovado em: 11-08-2020